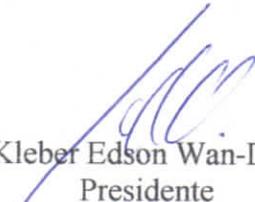


ATA DA 497ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, REALIZADA NO DIA QUATRO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.

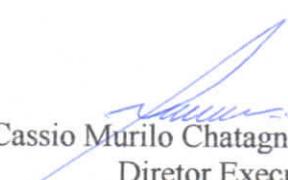
Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, às dezesseis horas, na sala Vale Europeu da Associação, realizou-se a quadringentésima nonagésima sétima Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), presidida pelo vice-presidente institucional da entidade e prefeito de Blumenau, senhor Mário Hildebrandt, e secretariada por mim, Giovana Peron. A assembleia contou com a participação do senhor Soares Trentini, prefeito em exercício do município de Ascurra; do senhor José Ari Vequi, prefeito do município de Brusque; do senhor Hartwig Persuhn, prefeito do município de Doutor Pedrinho; do senhor Valmir Zirke, prefeito do município de Guabiruba; do senhor Leonardo Agostini, procurador do município de Indaial, representando o senhor André Luiz Moser, prefeito do município de Indaial; do senhor Ércio Kriek, prefeito do município de Pomerode; do senhor Jorge Luiz Stolf, prefeito do município de Rio dos Cedros; do senhor Valcir Ferrari, prefeito do município de Rodeio; da senhora Maria Angélica Faggiani, secretária de Fazenda e Administração do município de Timbó, representando o senhor Jorge Augusto Krüger, prefeito do município de Timbó; e do senhor Cassio Murilo Chatagnier de Quadros, diretor executivo da AMMVI, além de demais interessados, conforme registro de presença. Após declarada aberta a assembleia, com a constatação do quórum estatutário, o presidente deu início à reunião cumprimentando a todos, e apresentou a Ordem do Dia, composta pelos seguintes itens: 1 – Aprovação da ata da assembleia anterior; 2 – Parceria com o IMREDD - França; 3 – Apresentação do Colegiado de Assistência Social sobre desfinanciamento do SUAS; 4 – Pesquisa de custos dos resíduos sólidos (convencional e reciclável); 5 – Assuntos gerais. Inicialmente, o senhor Mário Hildebrandt cumprimentou a todos e justificou a ausência do presidente, informando que conduziria os trabalhos da Assembleia. Dando sequência, tratando-se do item um, ficou dispensada a leitura pois foi confirmado o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para aprovação por correio eletrônico, e não havendo manifestações, esta foi aprovada. Em seguida, após aprovação dos prefeitos, foi antecipado o tópico sobre previdência complementar dos assuntos gerais, e foi dada a palavra à senhora Cláudia Fernanda Iten, assessora jurídica da Associação dos Institutos Municipais de Previdência de Santa Catarina (ASSIMPASC), a qual informou sobre o processo feito em conjunto pelos cinco municípios da região que possuem Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), sendo Blumenau, Brusque, Indaial, Pomerode e Timbó, a fim de cumprir os prazos legais de implementação da previdência complementar. Destacou que foram seguidas todas as recomendações técnicas para a contratação da empresa, e que ao final do processo do edital, a vencedora foi a MAG Seguros do grupo Mongeral Aegon. Em seguida, foi dada a palavra ao senhor Arnaldo Lima, diretor de Estratégias Públicas do grupo Mongeral Aegon, o qual cumprimentou a todos e parabenizou os gestores por implementarem a previdência complementar dentro do prazo hábil, cujo processo servirá de exemplo para outros municípios do país. Apresentou alguns dados nacionais sobre contribuintes e beneficiários pela previdência social, falou sobre a expectativa de longevidade da população, falou sobre os benefícios da previdência complementar aos servidores públicos, e falou também que a longo prazo o investimento em previdência privada acaba trazendo mais retorno financeiro aos municípios e ao país. Em seguida, abordou brevemente a história da MAG Seguros e demais entidades do grupo Mongeral Aegon, sobre o grupo gestor formado para auxiliar os municípios, e alguns resultados e prêmios conquistados. Por fim, informou que o processo de escolha da entidade foi feito de forma coletiva pelos municípios, mas o convênio de adesão será firmado individualmente com cada prefeitura, e posteriormente deverá ser estabelecida estratégia de comunicação para estimular a adesão dos servidores à previdência complementar. Também foi comentada a possibilidade de municípios da região que possuem Regime Geral de Previdência Social aderirem à previdência complementar, e após sanar algumas dúvidas, o senhor Arnaldo Lima agradeceu pelo espaço e se

49 colocou à disposição. Em seguida, ainda em assuntos gerais, foi dada a palavra ao senhor José Rafael
50 Corrêa, consultor de gestão fiscal e integridade da Associação, o qual comentou sobre os impactos
51 em gastos com pessoal a partir do próximo ano, tendo em vista a Portaria Federal nº 377 de 08 de
52 julho de 2020, a Lei Complementar nº 173 de 27 de maio de 2020, a Lei Complementar nº 178 de 13
53 de janeiro de 2021, a Emenda Constitucional nº 109 de 15 de março de 2021, e o novo Manual de
54 Demonstrativos Fiscais do Tesouro Nacional, levando em consideração a revisão geral anual, o
55 reajuste do piso salarial do magistério, e gastos com terceirizados, cooperativas, Organizações Não
56 Governamentais (ONG) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Abordou
57 ainda a Lei Geral de Proteção de Dados, informando que está sendo realizada uma capacitação com
58 representantes dos municípios, e que as prefeituras precisarão se estruturar para atender à legislação. w
59 Na sequência, passou-se ao item quatro da pauta, e foi dada a palavra à senhora Simone Gomes
60 Traleski, a qual tratou sobre o levantamento de custos da gestão de resíduos sólidos, tendo em vista
61 a previsão no Novo Marco Legal do Saneamento, que traz três obrigações para os municípios: a
62 disposição ambientalmente adequada dos resíduos, instrumento de cobrança e a sustentabilidade
63 econômico-financeira do serviço. Informou que a pesquisa foi iniciada em março e ainda não foi
64 finalizada, faltando apenas alguns ajustes. Apresentou os dados dos municípios sobre a cobertura do
65 serviço, quantidade de resíduos convencionais coletados, o custo da coleta convencional, a quantidade
66 de resíduos recicláveis coletados e o custo da coleta reciclável. Em seguida, apresentou os dados de
67 cada município no que tange a sustentabilidade do serviço, e informou que a Assessoria de
68 Saneamento e Meio Ambiente já está trabalhando em recomendação que será encaminhada aos
69 municípios com ações para atingir este ponto. Informou também que novas análises serão feitas a
70 cada quatro anos, e se colocou à disposição em caso de dúvidas. Na sequência, passando ao item três
71 da pauta, foi dada a palavra à senhora Nayara Costa Brito, assessora do Colegiado de Assistência
72 Social da Associação, a qual comentou sobre o estudo feito acerca do desfinanciamento da política
73 de Assistência Social, e explicou como funciona o cofinanciamento nos níveis municipal, estadual e
74 federal. Comentou que no ano de 2020 houve um corte de 60% no orçamento da assistência social, e
75 o principal motivo foi a Portaria nº 2.362 de 20 de dezembro 2019, pois ela dá autonomia ao governo
76 federal para fazer uma análise e equalização dos recursos federais para repasse aos municípios, e
77 desobriga o pagamento de valores em atraso. Comentou ainda que o estudo foi apresentado a nível
78 estadual e ao Fórum Parlamentar Catarinense, a fim de fomentar a revogação dessa portaria e o
79 pagamento dos saldos atrasados. Em seguida foi dada a palavra ao senhor Rafael Jacintho, diretor de
80 Assistência Social do município de Guabiruba, o qual apresentou a fonte dos dados, como foi feita a
81 equalização de recursos no ano de 2020, e os valores que não foram repassados. Citou ainda que a
82 defasagem de valores nos 14 municípios da região em 2020 passou de dois milhões de reais, e que o
83 valor de todos os recursos em atraso de 2016 a 2019 passa de quatro milhões de reais. Também falou
84 sobre a defasagem de valores para o ano de 2021, apresentou o percentual de recursos próprios
85 aportados pelos municípios nos serviços de Assistência Social, e também comentou sobre os valores
86 totais devidos pelo estado de Santa Catarina e pela União. Foi apresentado ainda o comparativo de
87 cada município sobre quanto deveria receber e quanto efetivamente foi recebido, e ao final da
88 apresentação, o senhor Rafael Jacintho e a senhora Nayara Costa Brito se colocaram à disposição.
89 Dando seguimento à pauta, no item dois, o senhor Mário Hildebrandt lembrou sobre a parceria
90 firmada com o Instituto Mediterrâneo para Risco Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
91 (Imredd), da Universidade Costa Azul (UCA) da França, a fim de trazer a experiência e conhecimento
92 da região de Nice no que tange mitigação e resposta a eventos climáticos e a resiliência. Em seguida,
93 foi dada a palavra ao senhor Paulo Moura, chefe de desenvolvimento para inovação e projetos de
94 parceria do Imredd, o qual cumprimentou a todos e agradeceu pela oportunidade de trabalhar com a
95 região. Comentou que no instituto são trabalhados quatro eixos, sendo energia, mobilidade, risco e
96 resiliência e meio ambiente, a fim de estruturar a temática de cidades inteligentes. Também falou gp

97 sobre os riscos naturais enfrentados na região de Nice, que são similares aos da região do Médio Vale
98 do Itajaí, e que é necessário estabelecer estratégias para lidar com eles. Falou também sobre os
99 impactos da pandemia na economia da região, que foi muito afetada por ser movida principalmente
100 pelo turismo. Falou ainda sobre a necessidade de trabalhar em conjunto, unindo a iniciativa privada,
101 o governo e o meio acadêmico, a fim de resolver os problemas em comum e gerar emprego e renda.
102 Em seguida abordou os ciclos da crise, envolvendo o planejamento das respostas, formação das
103 pessoas, responder à crise e trabalhar o pós-crise, unindo informação, prevenção, proteção e pontos
104 de melhoria. Relembrou sobre os trabalhos desenvolvidos desde o início do projeto, com o
105 questionário feito e o diagnóstico sobre as ações a serem priorizadas no âmbito da Defesa Civil, e
106 sobre o redirecionamento do projeto por conta da pandemia de Covid-19, pensando no
107 desenvolvimento econômico pós-pandemia. Comentou ainda sobre os projetos a serem trabalhados,
108 focados em autonomia de bairro, tecnologia de cidade e mobilidade urbana, a fim de desenvolver a
109 resiliência econômica e a riscos, criando um processo de autonomia e resposta rápida em um
110 momento de crise. Em seguida, os prefeitos comentaram sobre a necessidade de estruturar os setores
111 de Defesa Civil e ter acesso à informação para responder aos eventos. Novamente com a palavra, o
112 senhor Mário Hildebrandt agradeceu pela presença do senhor Paulo Moura, falou da necessidade de
113 verificar a possibilidade de renovação do convênio com o Imredd para o próximo ano, e comentou
114 sobre o trabalho em conjunto e as discussões feitas durante o enfrentamento à pandemia, enfatizando
115 que este trabalho deve ser mantido. Falou também sobre verificar experiências em outras cidades e
116 regiões, a fim de buscar exemplos de trabalhos a serem desenvolvidos nos municípios. O senhor Ércio
117 Kriek também enfatizou a necessidade do trabalho em conjunto, e o senhor Paulo Moura reforçou
118 que não é somente a esfera governamental, mas a iniciativa privada e a academia também. Nada mais
119 havendo a tratar, o senhor Mário Hildebrandt, vice-presidente institucional da AMMVI, agradeceu a
120 todos e declarou encerrada a assembleia, e para constar, eu, Giovana Peron, lavrei a presente ata que,
121 depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo senhor diretor
122 executivo da AMMVI.



Kleber Edson Wan-Dall
Presidente
Prefeito de Gaspar



Cassio Murilo Chatagnier de Quadros
Diretor Executivo



Giovana Peron
Giovana Peron
Secretária Executiva